Cooperação Sul-Sul em saúde: mais necessária do que nunca — Estamos vivendo uma transformação não vista em séculos

Cooperación Sur-Sur en materia de salud: más necesaria que nunca — Estamos viviendo una transformación sin precedentes en siglos

South-South Cooperation in Health: More Necessary Than Ever — We Are Experiencing a Transformation Unseen in Centuries

Beatriz Bissio

"É verdade, podemos tropeçar em uma escuridão sem caminho, podemos estar à beira dos abismos escancarados, mas não temos medo, porque sabemos que, para ver o amanhecer, é preciso passar pela noite escura."

Najiya Hanum (Turquia), Primeiro Congresso dos Povos do Leste, Baku, URSS, 1920

Um olhar atento sobre o panorama internacional nos permite constatar que nos encontramos numa etapa histórica caracterizada por transformações profundas. Essas mudanças ficam mais perceptíveis se fizermos um exercício simples: pensar como era o mundo um século atrás.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a maior parte da humanidade vivia sob o domínio colonial, direta ou indiretamente. Um domínio que tinha começado séculos antes, pelas Américas, e se estendido pela África e pela Ásia. O auge fora o século XIX, quando a designação de "o império onde o sol nunca se põe", inicialmente utilizada para falar do império espanhol, lá pelo século XVI, fora aplicada ao vasto império britânico, que ostentava o subcontinente indiano como a maior joia entre os territórios subjugados.

No final do século XIX começava a aparecer nos debates políticos o conceito de imperialismo, concebido como expressão superlativa do domínio colonial europeu. E esboçava-se no horizonte o protagonismo que mais adiante no século XX viria a adquirir uma nação surgida ela mesma da luta contra a colonização, mas que uma vez libertada buscaria dominar o mundo através de novos mecanismos: os Estados Unidos.

É neste contexto que começam a surgir contestações à dominação colonial, neocolonial e imperialista. Um primeiro exemplo, importante, mas finalmente desvirtuado, foi a Revolução Mexicana, de 1910. Poucos anos depois, em 1917, acontece a primeira ruptura vitoriosa, a Revolução Russa. E é ela a que convoca, em 1920, o Primeiro Congresso dos Povos do Leste, realizado em Baku, no Azerbaijão recém incorporado à União Soviética. E o faz por compreender que a luta contra a dominação colonial implicava o enfrentamento ao sistema econômico opressor que a URSS buscava substituir, assimilando, portanto, a luta de libertação nacional à luta contra o capitalismo. Com quase dos mil delegados de diferentes regiões, o evento foi o

estopim para tentativas revolucionárias que eclodiram na Turquia, Irã, Egito, Iraque, Marrocos (Rif), Indonésia (então conhecida como Java), Síria, Palestina, no que ficou conhecido como a primeira onda de insurreições na África do Norte, no Oriente Médio (hoje mais corretamente chamado de Ásia ocidental, para evitar a designação colonial) e no Cáucaso.

Uma década depois da vitória da Revolução Russa, e sete anos depois do Congresso de Baku, outro evento daria continuidade à procura de alianças e caminhos para enfrentar a dominação: em 1927 foi realizado o Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial, em Bruxelas, Bélgica, que reuniu 175 delegados de 37 países colonizados e do mundo socialista. Contando com apoio da Internacional Comunista, o Congresso tinha como principal objetivo forjar uma frente de solidariedade entre as populações das colônias asiáticas e africanas e os trabalhadores dos países capitalistas europeus. No marco do evento foi fundada a Liga Mundial Anti-Imperialista, que teria ramificações regionais, como a que surge na América Latina. Lideranças que anos mais tarde desempenhariam papeis relevantes nas lutas de libertação nacional, como Nehru (Índia) ou Mohammad Hatta (Indonésia) tiveram papel de destaque na conferência de Bruxelas. E é digno de menção o fato que entre as personalidades que assinaram os documentos finais estava Albert Einstein.

Uma nova correlação de forças surge a partir da Segunda Guerra Mundial, quando as duas maiores potências coloniais, a Grã-Bretanha e a França, dão mostras claras de seu declínio e emerge no Ocidente capitalista, do outro lado do Atlântico, um novo hegemón, os Estados Unidos. Enquanto isso ocorre no eixo Nor-Atlântico ocidental, no Oriente se consolida a União Soviética.

Num cenário de Guerra Fria entre as duas superpotências, a partir do fim dos anos 40 o mundo colonial vive um processo de insurreição generalizada, com epicentro primeiro na Ásia e, pouco depois na África. Citemos como exemplos a independência da Índia, em 1947, fruto da vitória de um movimento de desobediência civil e de boicote econômico liderado por Mahatma Gandhi e pelo Partido do Congresso, e a Revolução Chinesa, de 1949, sob a liderança de Mao Tse-Tung e do Partido Comunista Chinês, que encerrou décadas de guerra civil e dominação estrangeira, iniciando as profundas transformações socioeconômicas que criaram os alicerces da China como potência mundial do século XXI.

Uma das expressões mais acabadas das mudanças propiciadas pelos processos de libertação das décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foi a Conferência Afro-Asiática de 1955, realizada na cidade de Bandung, na Indonésia. A conferência, que reuniu 29 líderes de nações asiáticas e africanas e muitos movimentos de libertação, foi definida por Léopold Senghor, estadista africano, impulsionador da "negritude", como "a expressão, a escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. Era a morte do complexo de inferioridade".

Ela inaugurou, de fato, uma etapa em que o Terceiro Mundo faria ouvir a sua voz. O tom da Conferência de 1955 foi dado logo pelo chefe de Estado anfitrião, presidente Sukarno, da Indonésia, na sua fala durante a sessão de abertura do evento.

> *Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E*

> *estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo … Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiencia do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade.*[1]

A Declaração Final de Bandung, obtida através de consenso, fazia um chamado às superpotências a suspender os testes nucleares e definia os chamados "Dez princípios em prol da paz", que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados pelo Movimento Não Alinhado. Entre eles podemos destacar: Respeito aos direitos humanos fundamentais, de acordo com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas; Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas; Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos demais países; Respeito do direito de toda nação a defender-se individual ou coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Solução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como a negociação ou a conciliação (...), de conformidade com a Carta das Nações Unidas e Fomento dos interesses mútuos e da cooperação — um princípio considerado o embrião do conceito da cooperação sul-sul. Um dado importante: o apoio à causa palestina já fazia parte da agenda de debates em Bandung, que tinha decidido não convidar a Israel.

Nos anos seguintes, mudanças significativas viriam a ocorrer, a partir dos avanços no processo de libertação. Em 1960, dezessete países da Ásia e da África que tinham conquistado a independência foram admitidos como membros plenos da ONU. Surgia uma nova correlação de forças no seio do mais importante organismo mundial, alterando qualitativamente o cenário e a agenda de debates, em favor dos países subdesenvolvidos.

O seguinte passo foi a convocatória para a Conferência de Cúpula de chefes de Estado realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), em setembro de 1961. Seis anos depois da Conferência de Bandung, essa reunião viria a lançar formalmente os alicerces do Movimento dos não alinhados, que nascia com uma representatividade ampla: 28 países presentes, dos quais 25 como membros plenos e três com estatuto de observadores. Entre os membros plenos, só um país latino-americano, Cuba, cuja revolução triunfara dois anos antes.

A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao apartheid, o apoio à proclamação do Estado palestino, a luta contra o imperialismo em todas suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento dos não alinhados desde a sua fundação.

[1] Selected Documents of the Bandung Conference. New York: Institute of Pacific Relations, 1955 (Tradução ao português feita pela autora do artigo)

A América Latina teve o seu próprio percurso no pós-guerra, travando debates em torno do tema desenvolvimento-subdesenvolvimento, traduzido por alguns autores na existência de um centro e uma periferia. Mas o que havia em comum entre essa agenda e as preocupações e debates afro-asiáticos era a questão do papel e da estrutura do Estado e das relações entre os Estados.

A Assembleia Geral da ONU e outros espaços constituíram locais de trocas, de conhecimento mútuo e de definições de coincidências, quando as havia, entre os representantes das diferentes regiões do Terceiro Mundo — uma designação que, para bem o para mal, foi sendo substituída pela de Sul ou o Sul Global, utilizada hoje de forma mais abrangente (mesmo que não sejam estritamente equivalentes).

E assim vamos nos aproximando deste século XXI, que nos apresenta uma correlação de forças muito diferente daquela que existia no início do século XX e mesmo durante a maior parte do século passado.

No tabuleiro do início do século atual, alguns dos países que faziam parte do Terceiro Mundo passaram a ser identificados como potências medias, exercendo uma liderança nas suas respectivas regiões. O dinamismo adquirido pelas economias asiáticas, sendo a China e a Índia as mais significativas, foi desenhando um persistente deslocamento dos centros de gravitação do poder mundial — em particular o poder expresso através da economia, finanças, inovação tecnológica e industrial — do Ocidente para o Oriente. Neste século XXI, por primeira vez desde o auge do processo de colonização, nos primeiros dez lugares do ranking das economias mundiais, a maioria é de países do Sul (projeções até 2030).

Todas as instituições que medem o dinamismo da economia, desde as mais ortodoxas às mais abertas às mudanças, reconhecem hoje a liderança asiática. Em Paridade do Poder de Compra (PPC), um indicador mais confiável para entender o peso da economia que o PIB nominal, a China ocupa o 1º lugar isolada, abrindo grande vantagem sobre os EUA, que ainda ocupa o segundo lugar. A Índia assume a 3ª posição global, ultrapassando potências tradicionais como Japão e Alemanha. E países como Indonésia, Rússia e Turquia sobem rapidamente e passam a integrar as primeiras dez posições neste indicador. Até 2030 espera-se, também, que o Brasil retorne aos primeiros lugares. Estimativas do insuspeito FMI, colocam o Brasil subindo para a 8ª colocação.

A partir desses dados é possível compreender melhor o momento de tensões extremas que estamos vivendo. Citando Gramsci, estamos diante de um mundo que morre e outro que está próximo a nascer… nesse interregno, nascem os monstros.

Toda a arquitetura que regula a convivência internacional, cuja mais acabada expressão é a Organização das Nações Unidas, a ONU, foi concebida ao final da Segunda Guerra Mundial e atendeu à correlação de forças daquele momento. Não por acaso o professor e diplomata de Singapura, Kishore Mahbubani, que foi presidente do Conselho de Segurança da ONU, ao analisar as mudanças atuais e os desafios que elas apresentam para a governabilidade, tem afirmado — com certa ironia, mas alicerçado na realidade dos fatos — que a Grã-Bretanha, cuja economia hoje é menor que a da Índia e em 2030 será a metade da economia da Índia — deveria ceder o seu assento no Conselho de Segurança da ONU para a sua ex-colônia.

As dezenas de conflitos atuais, dos quais os mais expressivos e mais perigosos são a guerra na Ucrânia da OTAN contra Rússia e a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã,

expressam as transformações em curso e a intransigência dos poderes hegemônicos em aceitar as novas realidades e negociar uma nova arquitetura de governança e de segurança global.

Não temos como saber o desfecho das tensões, conflitos e guerras atuais, mesmo sabendo que envolvem potências nucleares. Mas, pelas lições da história, sabemos que a queda dos impérios não costuma ser pacíficas.

No entanto, podemos traçar uma linha de análise histórica para chegar a um possível cenário: por primeira vez desde que temos registros da história, as grandes civilizações da Humanidade estão emergindo com capacidade de moldar o futuro. Civilizações como a chinesa, indiana, árabe-muçulmana (a iraniana, em particular), as civilizações ameríndias e africanas, se desenvolveram cultivando valores diferentes dos que caracterizaram os séculos de domínio ocidental, com propostas que não separam o convívio humano das relações com a Mãe terra. E são essas civilizações, esses povos, os que estão propondo alternativas.

Então, como nos avaliarão os historiadores do futuro?

Faço a opção por pensar que deixaremos um legado positivo. É difícil manter a confiança num outro mundo possível diante do genocídio de um povo e da indiferença das elites, diante do aumento dos orçamentos militares em detrimento dos recursos para combater a fome, as doenças, a destruição ambiental. Mas assistimos ao empoderamento de povos que resistiram séculos de dominação e discriminação.

Acredito que, mesmo por caminhos sinuosos, abre-se uma etapa de maturidade da Humanidade. Uma etapa em que as injustiças sofridas não justificarão a *vendeta* e sim a convicção da necessidade de impor justiça, assegurando a vida num planeta saudável para uma Humanidade de futuro compartilhado.